

# PAN-AFRICANISMO NO BRASIL: O LUGAR DA ÁFRICA E O MOVIMENTO NEGRO UNIFICADO (1978-1988)<sup>1</sup>

Danilo Santos da Silva<sup>2</sup>

## Introdução

O presente artigo é fruto da terceira etapa do projeto *Visões da África e Práticas Emancipatórias dos Intelectuais Afro-brasileiros*. É uma análise historiográfica que tem como objetivo mostrar as práticas de afirmação do negro na sociedade brasileira, através das lutas jurídicas e do empoderamento do movimento negro, que tem como marco inicial a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU), em 1978, e se estende até a democratização do país (1988). No que diz respeito à metodologia, aprofundamos a problemática da questão racial e sistematizamos a bibliografia sobre o protagonismo do movimento, utilizando os depoimentos dos intelectuais e militantes negros (1978-1988). Nesse sentido, entendemos ser de fundamental importância pesquisar a história do movimento negro para compreender a formação do Brasil contemporâneo.

## Movimento Negro: uma discussão historiográfica

Podemos encontrar nos estudos historiográficos duas interpretações do que entendemos por movimento negro: uma que reconhece como tal, apenas o movimento político de mobilização da população negra, mesmo que em muitos momentos se manifeste por intermédio da cultura (Imprensa Negra, Frente Negra Brasileira, Teatro Experimental do Negro (TEN), Movimento Negro Unificado (MNU), entre outras. A segunda reconhece como tal, toda e qualquer cultura de resistência física ou cultura da população negra.

A primeira reconhece como movimento negro apenas o conjunto de grupos e organizações negras do período republicano, nesse sentido o movimento negro seria uma invenção contemporânea. A segunda reconhece não só os grupos e organizações negras contemporâneos, como também todos os quilombos, as rebeliões, as religiões e a cultura de matriz africana como movimento negro.

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é resultado do projeto de pesquisa *Visões da África e Práticas Emancipatórias dos Intelectuais Afro-Brasileiros (1944-1988)*, orientador pelo Prof. Dr. Élio Chaves Flores (PPGH/UFPB).

<sup>2</sup> Graduando em História da UFPB – Bolsista PIBIC / CNPq /UFPB). Email: danilohistoria@hotmail.com.

Dentro da primeira corrente interpretativa de movimento negro brasileiro, podemos citar o autor Petrônio Domingues, que entende como tal, “a luta dos negros na perspectiva de resolver seus problemas na sociedade abrangente, em particular os provenientes dos preconceitos e das discriminações no mercado de trabalho, sistema educacional, político, social e cultural”<sup>3</sup>.

Ele divide o movimento negro organizado em quatro fases: a primeira corresponde da Primeira República ao Estado Novo (1889-1937). Logo após do fim da escravidão e a proclamação da República, o negro buscou reverter o quadro de marginalização, ao qual foi relegado, através da instituição dos movimentos de mobilização do contingente negro-africano brasileiro, criando inicialmente vários grupos (grêmios, clubes e associações) em boa parte dos Estados brasileiros, simultaneamente nesse momento aparece *imprensa negra* (jornais publicados por negros e elaborados para tratar de suas questões). Para o autor, o ponto alto dessa fase aconteceu com a fundação da Frente Negra Brasileira em 1931, essa organização foi uma das precursoras nas reivindicações políticas mais deliberadas, arregimentando grande parcela da população afro-brasileira, transformando o movimento negro brasileiro em movimento de massa.

Domingues (2007) ressalta que os anos do Estado Novo (1937-1945) foram marcados por grande repressão, inviabilizando qualquer movimento contestatório. Por isso, Na sua visão, a segunda fase só vai acontecer a partir da Segunda República e perdura até a ditadura militar (1945-1964). Cita como principais grupos representantes dessa fase, a União dos Homens de Cor (UHC), fundado por João Cabral Alves, na cidade de Porto Alegre-RS, em janeiro de 1943. O UHC tinha o objetivo de “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país em todos os setores de suas atividades”<sup>4</sup>, e o Teatro Experimental do Negro (TEN), fundado no Rio de Janeiro, por Abdias Nascimento em 1944, tinha um projeto artístico, social e político de valorização do negro na sociedade brasileira.

A terceira é a fase do Movimento Negro Unificado (MNU), que corresponde ao período do início do processo de redemocratização a República Nova (1978-2000). Na visão do autor essa fase é o momento que o movimento negro retoma a sena política do país, é o momento de retomada do enfrentamento ao regime. O MNU foi a escola de formação política e ideológica dessa fase do movimento negro.

---

<sup>3</sup> DOMINGUES, Petrônio. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, vol. 12, no. 23, Niterói 2007, p. 1.

<sup>4</sup> *Ibid*, p. 5.

Numa hipótese interpretativa, o autor aponta o movimento hip-hop do início dos terceiro milênio, como uma nova fase do movimento negro, uma vez que expressa a rebeldia da juventude afro-descendente, tendendo a modificar o perfil dos ativistas do movimento negro. Para o autor, os seus adeptos procuraram resgatar a auto-estima da população negra através de campanhas (*Negro Sim! / Negro 100%*), bem com difundindo o rep, música cuja letra de protesto combina denúncia racial e social, aliando esse protagonismo com outros setores marginalizados da sociedade.

Ao contrário da idéia apresentada pelo historiador Petrônio Domingues, de descontinuidade e cisão entre as gerações do movimento negro contemporâneo no decorrer do regime republicano, o autor Elio Chaves Flores identifica três componentes contínuos importantes na atual conjuntura do movimento quilombola e das ações afirmativas. Para o autor, a continuidade crítica das gerações se dá da seguinte forma:

Os fretenegrinos [Frente Negra Brasileira] iniciaram por negar a paz colonial e terminaram reivindicando o direito a uma história do povo negro para além do estudo de uma escravidão benevolente. Tinham consciência da formação dos quilombos, da precariedade da Abolição e se sabiam republicanos de segunda classe. Falavam em uma segunda abolição. (...) Os negritudinistas [Teatro Experimental do Negro], estetas da negritude, travaram um violento confronto intelectual (pela imprensa, artes, literatura e dramaturgia) contra as mitografias da paz colonial e da democracia racial. Denunciaram esses dois mitos nos campos que foram forjados, o historiográfico e o sociológico: recusaram o passado artificial, embranquecedor; criticaram o presente ilusionista, embranquecido. Podemos dizer que eles reconstruíram o quilombismo como a força vital da ancestralidade. (...) Os unionistas, os movimentos negros unificados, derrubaram os cânones da história eurocêntrica, instituindo o 20 de novembro como representação histórica pragmática das lutas quilombistas do passado e do presente. Concomitante a esse direito a história, partiram para as lutas jurídicas e políticas, exigindo a afirmação de direitos territoriais e de ações afirmativas reparatórias em relações às comunidades étnicas socialmente discriminadas<sup>5</sup>. (FLORES, 2008, p. 117)

Diferente dos dois autores acima citados (Petrônio Domingues e Elio Chaves Flores), e apesar de comungarem da mesma interpretação do conceito de movimento negro (o movimento como algo contemporâneo, ocorrendo apenas na República), os autores Alberti Verena e Amílcar Araujo Pereira<sup>6</sup>, defendem que essa idéia é ainda mais recente, do final da década de 1970. Para eles o marco inicial do movimento negro contemporâneo é a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978, não reconhecendo nem a Frente Negra

<sup>5</sup> FLORES, Elio Chaves. Gerações do Quilombismo: crítica históricas às mitografias da casa grande. In: BITTAR, Eduardo; TOSI, Giuseppe. (Orgs.). *Democracia e Educação em Direitos Humanos numa época de insegurança*. Brasília: SEDH, 2008, p. 117.

<sup>6</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. O Movimento Negro Contemporâneo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Orgs.). *As esquerdas no Brasil – Revolução e democracia*, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 637-669.

Brasileira (1931) e nem o Teatro Experimental do Negro (1944) como movimentos politicamente organizados.

Para ilustrar a segunda interpretação historiográfica, a qual reconhece como movimento negro toda estratégia de sobrevivência física e mental, legalizada ou não, desenvolvida em benefício da comunidade africana e seus descendentes (dos quilombos passando pelas religiões de matriz africana até o movimento hip-hop atual), apresento uma citação de Wilson Nascimento Barbosa e Joel Rufino dos Santos que sintetiza bem essa interpretação:

[...] todas as entidades, de qualquer natureza, e todas as ações, de qualquer tempo (ai compreendidas mesmo aquelas que visam à auto defesa física e cultural do negro), fundadas e promovidas por pretos e negros (...). Entidades religiosas (como terreiros de candomblé, por exemplo), assistenciais (como as confrarias coloniais), recreativas (como “clubes de negros”), artísticas (como os inúmeros grupos de danças, capoeira, teatro, poesia), culturais (os diversos “centros de pesquisa”) e políticas (como o Movimento Negro Unificado); e ações de mobilização política, de protesto anti-discriminatória, de aquilombamento, de rebelião armada, de movimento artísticos, literários e ‘folclóricos’ – toda essa complexa dinâmica, ostensiva ou encoberta extemporânea ou cotidiana, constitui o movimento negro.<sup>7</sup> (SANTOS; BARBOSA, 1994, p. 152)

Para autores como Joel Rufino, o movimento negro é toda e qualquer cultura de libertação que derive imediatamente da experiência histórica dos africanos escravizados e seus descendentes, ou melhor, representa não só a busca da liberdade, como também, a orientação existencial. Essa interpretação é o que podemos chamar, se baseando em Abdias Nascimento, um conceito quilombista de movimento negro.

### **Movimento Negro Unificado (1978-1988)**

O Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial (MNUCDR), que mais tarde ficaria conhecido como Movimento Negro Unificado (MNU), foi criado a 18 de junho de 1978, por militantes do Rio Janeiro e São Paulo, como reação a discriminação do Clube Tietê de São Paulo a quatro atletas negros, que foram impedidos de competir e, também, à morte de Robson Silveira da Luz, um negro, operário motor depois de ser torturado pela polícia.

A primeira atividade pública aconteceu no dia 7 de julho de 1978, um ato público em frente às escadarias do Teatro Municipal de São Paulo, um protesto contra os dois casos de

---

<sup>7</sup> BARBOSA, Wilson do Nascimento; SANTOS, Joel Rufino. *Atrás do muro da noite*. Brasília: Fundação Palmares, 1994. p. 152.

violência acima citados. Nesse momento foi lançada uma carta aberta a população que marcava a posição do MNU na sociedade brasileira:

Hoje estamos nas ruas numa campanha de denuncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado contra o racismo<sup>8</sup>. (MNU, 1078, p. 8).

É interessante destacar o fato de que todos os militantes antes de chegarem, não só ao Movimento Negro Unificado, como no movimento negro em geral, participaram de grupos de esquerda, sua grande maioria estavam ligados aos movimentos estudantis e aos movimentos ligados a Igreja Católica. O dialogo entre os militantes Flavio Jorge e Astrogildo, apresentado por Flavio Jorge, ajuda a compreender melhor o processo de formação ideológica dessa militância negra que atuou nas décadas de 1970 e 1980, que se desenvolveu da seguinte maneira.

E o Astrogildo um dia me falou assim: “Flavinho, você não tem interesse nenhum pela questão racial? Você vai ser o tempo todo do movimento estudantil?” Eu fiquei meio chocado, porque a minha cabeça era totalmente dirigida para o movimento estudantil. Ai eu falei para Astrogildo: “Nem sei da existência de movimento...” Ele disse assim: “Nós temos um agrupamento dentro da liga operária que começa a discutir movimento negro”. Esse grupo se chamava Núcleo Negro Socialista. Que foi, em minha opinião, o grupo que começou esse movimento mais à esquerda dentro do movimento negro brasileiro. Era um núcleo que impulsionou, aqui em São Paulo, o surgimento do Movimento Negro Unificado, do qual o Miltão e o Hamilton faziam parte. E o Astrogildo me convidou para fazer parte desse agrupamento dentro da Liga Operária.<sup>9</sup>

Ao analisar os depoimentos podemos perceber a leitura que esses militantes fazem do que se convencionou chamar de movimento negro antes, durante e depois das décadas 1970 e 1980. Fica claro nessa análise, que os militantes identificam duas vertentes na história do movimento, uma mais “cultural” e outra mais “política”.

---

<sup>8</sup> MNU. *Movimento Negro Unificado (1978-1988): 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo: Confraria do Livro, 1988. p. 8.

<sup>9</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Pallas, 2007. p. 116.

Essa interpretação fica nítida em trechos das entrevistas de Gilberto Leal e Zélia Amado.

Durante o AI-5, falar que o Brasil era um país racista era subversão e, conseqüente, você estava sujeito a todas as penalidades. Então, nós convivíamos com a luta negra em plena ditadura militar, com o cacete da polícia, com o braço armado da ditadura batendo firme na gente. Eu sei que muita gente fala: “Nós temos um movimento cultural que também se desenvolveu no período”. Mas não enfrentava a ditadura militar e não era um movimento de contestação política. Era um movimento de ocupação de espaço estético e era real, ainda é até hoje. Mais quem começou com o processo na Bahia de movimento político contestatório enfrentando os poderes constituídos foi o movimento negro organizado<sup>10</sup>.

Em 1974, o general Geisel entra na presidência da República e inicia aquele tal processo de abertura lenta e gradual. Ai as coisas vão, digamos assim, se abrindo. É quando vai ressurgir o movimento negro com essa face mais político-reivindicativa. Não é que ele tenha deixado de existir. Mas ele existia muito mais com uma face sócio-recreativo-cultural, voltado às vezes para a pesquisa<sup>11</sup>.

A partir 1978 o movimento negro retoma a condição de grupos de sujeitos históricos atuantes que durante a década de 1960 e 1970 acontecia de forma isolada, agora com o diferencial de ser a nível nacional. As décadas de 1970 e 1980 são marcadas pela politização do movimento negro brasileiro, que tem seu marco inicial a fundação do Movimento Negro Unificado (MNU) em 1978 e seu ponto alto com a Constituinte de 1988. Com a fundação do MNU, o movimento negro oferece uma nova perspectiva para se pensar a questão racial, articulando as discussões de raça e classe. Oferece um nível de politização maior para o debate racial, e passando a situar o movimento negro em perspectiva mais de esquerda.

A Carta de Princípios do MNU, feita em abril de 1982, no III Congresso Nacional do Movimento Negro, realizado na cidade de Belo Horizonte – MG, simboliza bem esse novo momento, faz uma crítica a elite intelectual e política do nosso país que difundia o mito da democracia racial.

A História e a ideologia oficial tem “explicado” que a situação vivida pela comunidade negra indicam que as relações de dominação e “inferioridade” econômica e social da população negra, será “tão-somente” uma decorrência direta dos tempos escravistas e colonial – espécie de herança que desaparecera (naturalmente) com o tempo. Posto que no Brasil não haveria racismo, mais simples discriminação e preconceito sociais, ou seja: o negro é rejeitado por ser pobre e não por ser negro. Ocorre porém, que abolição da escravatura não foi uma transformação completa da sociedade brasileira. A abolição não proporcionou o “status” de cidadão ao negro, pelo contrário manteve os privilégios raciais de classe da elite brasileira (nosso grifo)<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Idem, p. 127

<sup>11</sup> Idem, p. 129

<sup>12</sup> MNU. *Movimento Negro Unificado (1978-1988): 10 anos de luta contra o racismo*. São Paulo, Confraria do livro, 1988, p. 21.

O documento segue enfatizando que o negro é sempre o mais penalizado, quando não desempregado, ocupa os trabalhos mais duro, com os mais baixos salários, apresentando dados que nos mostra que não podemos atribuir à escravidão, a “culpa” da situação da população negra no Brasil e que devemos procurar no presente, suas raízes e motivações.

Em termos de distribuição de renda, a situação é a seguinte – com rendimentos até um salário mínimo, estão 54% da população negra e mulata, enquanto a produção nesta faixa é de 23, 3%. Na faixa 2 a cinco salários mínimos, há 24% de brancos, contra 14,5% de negros. Com rendimentos superiores a cinco salários mínimos, há 16,4% de brancos, sendo apenas 4,2% com essa renda. (...) Em termos educacionais, tais desigualdades sociais e raciais, o PND/1978 indica 46% de negros (...) na categoria de sem instrução e menos de um ano de estudos, decaindo significativamente o contingente da comunidade negra que consegue completar 5 a 8 anos de estudo, chegando a ser insignificante o numero de negros e mulatos que completam nove ou mais anos de estudos<sup>13</sup>.

Fica evidente que o documento tinha a pretensão de mostrar para sociedade, da década 1980, a existência de uma hierarquia tanto social e racial, da divisão do trabalho, da riqueza e, por isso mesmo, da divisão de hierarquia do poder. Com o MNU, surge o primeiro projeto político para população negra com identidade específica. Pelo menos no berço do MNU, a consciência do movimento negro veio acompanhada da consciência político-partidária.

Em 1982, foi a primeira vez que o movimento negro participou de forma organizada, com um candidato próprio nas eleições. Lançou a candidatura de Nilton Barbosa (Miltão) como candidato a deputado federal. Participou ativamente do processo de elaboração da constituição de 1988, pela primeira vez a população negra foi contemplada de forma específica numa constituição brasileira. Organizou discussões por todo país, para chamar atenção para importância da participação organizada no processo da constituinte. Teve como seu representante na comissão de elaboração do projeto da Constituição Brasileira (Comissão Arinos), o militante Hélio Santos. Nesse momento MNU se coloca como principal instrumento da comunidade afro-brasileira, contra o racismo à brasileira, combatendo a opressão econômica e racial, não deixando de se solidarizar com os países africanos ainda sob jugo dos seus colonizadores.

---

<sup>13</sup> Idem, p. 23-24.

## O Movimento Negro Unificado e o Pan-africanismo

A categoria analítica de pan-africanismo pode ser entendida como doutrina, princípio ou pensamento que expressa a idéia de solidariedade entre os países africanos e da diáspora africana. A idéia de pan-africanismo surge no momento em que o imperialismo se apossa do continente africano, depois do tratado de Berlim (1885), quando os países africanos são divididos entre as potências coloniais. Intelectuais africanistas dos Estados Unidos, Antilhas e Caribe começam a se aproximar de lideranças políticas africanas no sentido que reivindicava a autonomia dos países africanos e igualdade de direitos civis os afro-americanos.

Os movimentos pan-africanistas foram intensos nas primeiras décadas do século XX, postulavam a África para os africanos misturando-se a ideologias nacionalistas e revolucionárias após a Revolução Bolchevique de 1917. No Brasil, o pan-africanismo encontrou ressonância nos primeiros jornais negros e operários do início do século XX que organizavam a militância da população negra. O primeiro brasileiro a participar de fato do movimento pan-africanista foi o intelectual negro Abdias Nascimento na década de 1960, tornando-se referência do ativismo negro internacional.

Existia uma relação paradoxal entre Abdias Nascimento e o Movimento Negro Unificado. Paradoxal porque Abdias tem uma história de conflitos e antagonismos com a esquerda, que se expandia dentro do movimento negro através do MNU. Parte mais radical, que ajudou a fundar o MNU, não via com bons olhos a aproximação de Abdias Nascimento do movimento, que acabara de chegar dos Estados Unidos, casado com sua esposa norte-americana branca, foi considerado um pequeno burguês por esse setor do movimento negro. Ao mesmo tempo, era visto como referência com seu protagonismo afro-brasileiro internacional na luta pan-africana contra o racismo, contribuindo para dar um caráter pan-africanista ao movimento negro brasileiro.

Ao analisar alguns depoimentos de militantes do movimento negro, fica claro que nesse momento, nas décadas de 1970 e 1980, a influência pan-africana era muito forte dentro do movimento negro na luta contra o racismo à brasileira. Segundo o militante Hédio Silva Junior:

Podemos identificar três linhas de pensamento no discurso da geração que se engaja no movimento negro nos anos 1970 e 1980. Três diferentes fontes, diferentes influências externas. Você tem o movimento pelos direitos civis nos Estados Unidos, que sempre mobilizou a atenção da militância, você tem as lutas independentistas no continente Africano (...). E, por fim, o movimento pela negritude, que a rigor sempre foi movimento literário na verdade, um movimento cultural de intelectuais de África e das Antilhas que se encontraram em Paris nos anos 30 do século passado e que vão formular algumas idéias a respeito do que seria o ocidentalismo e o orientalismo na perspectiva africana, nos valores africanos. Enfim, um modo africano de ser por meio de várias linguagens<sup>14</sup>.

A militância tinha acesso às informações externas através das revistas, como a revista *Realidade*, ou por intermédio dos amigos que estavam fora do Brasil e lhes enviavam matérias (jornais, revistas, livros, etc.), através do que poderia ser chamado de rede de informações pan-africanistas, relatando as notícias sobre as lutas pelos direitos civis nos Estados Unidos e sobre as lutas revolucionárias pelo fim do colonialismo europeu na África. Vejamos o que dois dos entrevistados, Gilberto Leal e o Luiz Silva (Cuti), descrevem a respeito dessas informações externas:

Sobre a África nós líamos livros traduzidos; por exemplo, os *Condenados da terra* de Frantz Fanon, que era quase uma bíblia. Então a gente lia muito. E também lia muitas matérias, a gente conseguiu revistas sobre África. Então, o movimento negro, seu pensamento de afrobrasilidade, formou-se muito com referência em algumas lideranças negras americanas e em lideranças dos países da linha de frente nos processos de libertação da africana. As referências eram Amílcar Cabral, Agostinho Neto, Samora Machel... A gente tinha que acompanhar o legado que eles deixavam na época para formação da consciência negra. Quanto aos americanos, Malcolm X, Luther King, eram as pessoas que a gente tinha como referencia.<sup>15</sup>

E essas revoluções africanas, sobretudo dos países de língua portuguesa – Moçambique, Angola e Guiné Bissau –, foram muito importante para a gente. Toda informação que vinha de lá: poemas de Agostinho Neto, informações de Moçambique, a poesia moçambicana revolucionária. Tudo isso também teve muita influência nesse momento, fazia parte de um conjunto de informações importantes. Mas chegava com muita dificuldade. A gente sabe que as traduções, no Brasil, passavam por um crivo, por uma peneira ideológica muito séria.<sup>16</sup>

Além de ter os movimentos de luta pela descolonização da África como referência do ativismo negro brasileira, o Movimento Negro Unificado cobrou da sociedade do nosso país, o devido lugar que cabia a África na formação da cultura nacional brasileira. Nesse sentido, uma das suas bandeiras de luta era a reavaliação do papel do africano e de seus descendentes na história do Brasil.

---

<sup>14</sup> ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amílcar Araujo. (Orgs.). *Histórias do Movimento Negro no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV/Pallas, 2007, p. 69.

<sup>15</sup> Idem, p. 76.

<sup>16</sup> Idem, p. 77.

A história contada nos livros didáticos e na escola brasileira nunca colocou o negro como sujeito que contribuiu de forma decisiva na construção material e subjetiva do Brasil, escondendo a sua cultura e sua luta pela cidadania durante e depois da escravidão. O manifesto ao povo brasileiro sobre dia da consciência negra, feito pelo MNU, no dia 4 de novembro de 1978, representa bem a luta pela reavaliação do papel negro-africano na formação do que entendemos por Brasil.

Hoje estamos unidos numa luta de reconstrução da sociedade brasileira, apontando para uma nova ordem, onde haja a participação *real e justa* do negro, uma vez que somos os *mais oprimidos dos oprimidos*; não só aqui, mas em todos os lugares onde vivemos. Por isto negamos o treze de maio de 1888, dia da abolição da escravatura, como um dia de libertação. Por que? Porque nesse dia foi assinada uma lei que apenas ficou no papel, encobrindo uma situação de dominação sob a qual até hoje o negro se encontra: jogados nas favelas, cortiços, alagados, invasões, empurrando para a marginalidade a prostituição, a mendicância, os presídios, o desemprego e o subemprego tendo sobre si, ainda, o peso desumano da violência e repressão policial.<sup>17</sup>

Desde sempre o sistema de ensino brasileiro, da pré-escola até a universidade, tem primado por ocultar ou distorcer o passado histórico e a cultura do povo negro, na África e no Brasil. A pesar de ser uma reivindicação anterior do movimento negro, é com o MNU na década de 1980, que a proposta de introduzir os estudos da história da África e Afro-Brasileira nos currículos escolares, como forma de superar as barreiras racistas da nossa sociedade, ganha fôlego político. A partir dessa perspectiva afrocentrada, a luta do MNU extrapolou o âmbito nacional, e se tornou Pan-africanista, ou seja, buscou torna a luta do negro pela liberdade uma luta internacional, de toda comunidade negro-africana.

Um exemplo foi a participação do MNU no Simpósio em apoio à luta pela autodeterminação e independência da Namíbia, realizado no mês de agosto de 1983 na cidade de São José, na Costa Rica. Na ocasião, é apresenta um documento que mostra seu apoio à luta internacional contra o racismo e o apartheid, e a sua solidariedade aos povos da Namíbia e África do Sul. Com o objetivo de justificar a importância da solidariedade pan-africana.

---

<sup>17</sup> GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. *Lugar de Negro*. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1982. p. 114. (Coleção 2 pontos).

O referido documento nos apresenta um breve comparativo entre Brasil, África do Sul e Namíbia.

Se na África do Sul, o racismo é institucionalizado; na Namíbia partir da ocupação de seu território, o apartheid é imposto; no Brasil o racismo assume formas sutis e mascaradas(...). Se África do Sul e Namíbia, o regime do apartheid reserva para todo povo negro oprimido as piores terras e butustans; no Brasil a comunidade negra vive nas favelas, alagados, e bairros periféricos submetidas as piores condições de vida, sem acesso a educação, empregos com salários dignos, moradia e segurança social. A população negra brasileira, sulafricana e namibiana, são maiorias nesses países, ficando claro que o racismo e a discriminação racial introjetadas pela classe minoritária que detém o poder, mantém através do aparato jurídico e ideológico a opressão e a divisão racial, social e sexual.<sup>18</sup>

Dessa forma, explica-se o porquê do apoio do Movimento Negro Unificado a luta contra o regime do apartheid e pela descolonização dos países africanos. Na perspectiva unionista o racismo é um dos mecanismos de dominação capitalista e imperialista, usado para subjugar e explorar os povos trabalhadores dos países subdesenvolvidos. Além disso:

O nosso apoio e solidariedade ao povo namibiano e sulafricano, (...) se dá também, porque se articula politicamente com a luta da população afro-brasileira, tanto no Brasil quanto na América Latina, por uma sociedade livre do Racismo e da exploração econômica, considerando a especificidade e as diferentes realidades político-conjunturais, econômicas, sociais e culturais nos nossos países e continentes. Por esse motivo, não aceitamos de forma alguma, a ocupação racista, ilegal e imperialista da Namíbia pelo o regime do apartheid e as agressões desestabilizadoras implementada por este país à Namíbia, aos países da Linha de Frente da África Austral e demais países fronteiriços.<sup>19</sup>

Nessa conjuntura de militância pan-africana, o lugar da África no MNU é o lugar de referência para o ressurgimento da atividade afro-brasileira cultural e política, ou seja, serve de referencial para afirmação de uma identidade negra na luta contra o racismo à brasileira. Ao mesmo tempo, o MNU reconheceu os africanos como povos-irmãos, o que não se configura apenas como uma reivindicação ancestral, é uma reivindicação igualmente existencial. Os povos negro-africanos se identificam por uma cultura de resistência física e cultural que os unem na tentativa de superar toda opressão racial e social que atinge a população negra no mundo globalizado.

---

<sup>18</sup> MNU. *Movimento Negro Unificado* (1978-1988): 10 anos de luta contra o racismo. São Paulo, Confraria do livro, 1988, p. 44.

<sup>19</sup> Idem, p.45.

O trecho a seguir do documento acima citado, ilustra bem esse lugar existencial da África na militância unionista:

[...] A luta pela auto-determinação e independência da Namíbia passa pela supressão do regime, um dos sustentáculos do capital imperialista que massacra e elimina fisicamente pela força das armas e pela fome os povos do III<sup>o</sup> mundo. Como negros brasileiros, sofremos conseqüências sérias em termos de situação política e econômica, sociais e culturais. Queremos mostrar que a luta pela libertação da Namíbia, em níveis diferenciados, é também uma luta pela libertação dos negros brasileiros e oprimidos da América Latina, sobre a opressão sufocante a que estamos submetidos pelos regimes ditatoriais e autoritários, fantoches da prepotência do imperialismo regido pelos EUA<sup>20</sup>.

Os depoimentos dos ativistas negros e os trechos dos documentos do MNU nos dão uma idéia do lugar da África no movimento negro brasileiro nas décadas de 1970 e 1980, um lugar de referencia, de solidariedade recíproca na luta contra o racismo e contra opressão da população negra nos quatro cantos do mundo.

### **Considerações finais**

O Movimento Negro Unificado é fruto das experiências anteriores do protagonismo negro-africano brasileiro. As outras experiências que se desenvolveram no decorrer da história de luta da população negra, foram fundamentais para constituição de um movimento negro essencialmente político e afrocentrado. Um movimento que herda das fases anteriores a valorização e a busca do reconhecimento do legado africano, que alinhava aos princípios do movimento da Negritude e do Pan-Africanismo, processos que associam a cultura e a política na dimensão de construção de uma unicidade negro-africana universal e passa a se utilizar e propor de forma efetiva através de mecanismos jurídicos e políticos, políticas públicas contra o racismo e para efetivação da cidadania plena da população negra.

O MNU foi responsável pela difusão da noção de “movimento de negro” por todo país, na busca pela conscientização da negritude, experiência que ocorreu primeiro no âmbito pessoal, para em seguida, se transformar em uma forma de luta para sensibilização de toda população brasileira, visando combater o “mito da democracia racial”, a idéia de que as relações entre as raças eram harmoniosas. Nesse período pode-se observar a relação do mito da democracia racial com a idéia de homem cordial e de povo pacífico usado para enfatizar o

---

<sup>20</sup> Idem, p. 45.

discurso de unidade nacional, ou seja, a idéia de que devido a essas atribuições, o Brasil pode superar de forma harmônica as diferenças em seu interior.

Essa concepção acarretou sérias conseqüências sociais e psicológicas para a sociedade brasileira e principalmente para a população negra, mascarando o problema racial no país. E contra essa concepção, o movimento negro contemporâneo conseguiu vitórias importantes. Como exemplos, podem ser citados as que ocorreram com a constituição de 1988: o reconhecimento das terras dos quilombolas e a criminalização do racismo.